

Lucília de Almeida Neves Delgado

Crônica de um golpe anunciado

Articulações para derrubar João Goulart começaram antes mesmo da sua posse

ACERVO CORREIO DA MANHÃ, ARQUIVO NACIONAL, RJ



Ao quebrar a hierarquia nas Forças Armadas, a revolta dos marinheiros, que reivindicavam mais direitos, inclusive o de votar, acirrou a polarização que dividiu o país

A queda do presidente João Goulart não chegou a ser surpresa para muitos brasileiros. Sua posse, que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros, de quem era vice-presidente, deu-se num ambiente político extremamente conturbado. Expressivos setores das Forças Armadas tentaram impedir que Jango, um trabalhista e getulista histórico, assumisse a Presidência.

O quadro se complicou ainda mais, pois o vice-presidente, no momento em que Jânio renunciou, estava em viagem oficial à República Popular da China, então presidida por Mao Tsé-Tung, o histórico líder comunista da revolução chinesa. No apogeu da guerra fria, Goulart era um obstinado defensor da ampliação das relações do Brasil com países não vinculados exclusivamente ao bloco capitalista. Anteriormente,

como vice-presidente de Juscelino Kubitschek, visitara a União Soviética, fato que já havia causado grande desconforto aos políticos anti-reformistas e a importantes setores das Forças Armadas.

Naquele mês de agosto de 1961, no campo da política, o Brasil estava dividido, e a posse de João Goulart foi antecedida de grande mobilização política, tanto por parte dos que o apoiavam como de seus opositores. Dentre as ações desenvolvidas pelos janguistas pela posse de seu líder destacou-se uma greve nacional, de grande envergadura, em “defesa da ordem constitucional”, que daria origem ao Comando-Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGT) e à atuação da “cadeia da legalidade”.

Implementada por iniciativa de Leonel Brizola, peitebista histórico e governador do Rio Grande do Sul,

a “cadeia da legalidade” era constituída de programações radiofônicas ouvidas em quase todas as cidades do Brasil e tinha como objetivo exclusivo defender a posse de João Goulart na Presidência da República.

Já os opositores do presidente atuaram com maior ênfase nas esferas institucionais da política, especialmente no parlamento. Liderados principalmente pelos ministros militares de Jânio Quadros e por ude-nistas históricos, não mediram esforços para evitar a chegada do adversário trabalhista ao Planalto.

A bipolaridade dos tempos da guerra fria ecoava de forma direta no cotidiano da política nacional e na economia brasileira. A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949 incluiu-se na dinâmica da história brasileira como um fato que ganharia desdobramentos importantes devido à sempre ativa participação dos militares na vida política nacional. Os militares ligados à ESG defendiam que o desenvolvimento econômico do Brasil deveria processar-se através de uma internacionalização aprofundada da economia nacional. Eram, portanto, contrários ao nacionalismo de Vargas e de seus aliados.

Já os getulistas, que a princípio eram anticomunistas viscerais, foram aos poucos desenvolvendo algumas afinidades com os comunistas. A partir da crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, e com maior ênfase a partir do governo JK, chegaram a abrigar militantes do PCB na legenda do PTB, uma vez que o Partido Comunista era ilegal. O que os aproximava era a defesa de um programa econômico nacionalista para o Brasil. Estavam, portanto, na contramão do que propunham importantes militares e empresários que entendiam que o desenvolvimento econômico do Brasil não podia prescindir de amplos investimentos internacionais.

A defesa de um projeto reformista e nacionalista foi ganhando cada vez mais adeptos. Além dos comunistas e trabalhistas, contava com a adesão das Ligas



Garantiu a posse de João Goulart a atuação de aliados como Leonel Brizola, que liderou a “cadeia da legalidade”. Em Campina Grande, Paraíba, Jango usa uma faixa com os dizeres “Salve o Presidente da Legalidade”

Camponesas, da União Nacional dos Estudantes, de grupos de cultura popular, de setores da chamada Igreja Católica progressista, de sindicalistas que fundaram o Comando-Geral dos Trabalhadores no Brasil, de políticos da Frente Parlamentar Nacionalista. Às vésperas da deposição de Goulart, reuniram-se a esse heterogêneo grupo os membros da Frente de Mobilização Popular e do Grupo dos 11, ambos liderados por Brizola.

As contradições econômicas e políticas, que floresceram com vigor no governo João Goulart, haviam ganho raízes a partir do governo JK. O projeto econômico de Juscelino, que levou o país a um período de

Cronologia de um golpe

31 de janeiro

Jânio Quadros assume a Presidência. Jango mais uma vez é eleito vice-presidente.



19 de agosto

Jânio condecora Fidel e Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, provocando desconforto nos meios conservadores.



25 de agosto

Jânio renuncia. João Goulart estava na China em visita oficial.



Os militares ligados à Escola Superior de Guerra não viam com simpatia o nacionalismo de Getúlio Vargas e aliados. Na foto, de julho de 1963, o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, em palestra na ESG.



ACERVO CORREIO DA MANHÃ. ARQUIVO NACIONAL, RJ.

Juntamente com os governadores de São Paulo e de Minas Gerais, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, articulou-se com militares golpistas para conspirar contra o governo João Goulart



grande desenvolvimento, marcou o imaginário da população brasileira com a idéia de que seu governo foi responsável pelos chamados “anos dourados” da história nacional. Mas, apesar de seus resultados desenvolvimentistas inegáveis, a era JK não deixou de ter um preço elevado. A face do Brasil mudou. Só a título de exemplos: foram introduzidos eletrodomésticos no cotidiano da classe média, muitos brasileiros passaram a ser proprietários de automóveis, o país foi cortado por rodovias e Brasília foi inaugurada como símbolo da modernidade. Um forte clima de otimismo tomou conta do Brasil. Entretanto, o país ampliou sua dívida

externa, os salários reais foram desvalorizados, as principais empresas que moviam os setores de ponta da economia eram internacionais e os problemas da má distribuição das terras nas áreas rurais e da miséria da população camponesa continuaram sem solução.

Essas contradições foram-se superdimensionando em um país já fortemente cindido na política e que passava a ter uma

sociedade civil cada vez mais atuante e reivindicativa. Quando Jango chegou à Presidência da República, era inevitável um acirramento dos ânimos.

Como era de se esperar, João Goulart e seus aliados, não conformados com a solução parlamentarista que garantiu sua posse na Presidência da República, lutaram pelo retorno ao presidencialismo. Tal fato se consumou em janeiro de 1963, quando, através de um plebiscito, a maioria da população brasileira votou pelo fim do parlamentarismo. Jango adquiriu assim os poderes plenos que a Constituição estabelecia para o dirigente máximo do Poder Executivo. No entanto, as dificuldades que enfrentava para levar seu projeto governamental adiante não diminuíram. Ao contrário, cresceram. Seus opositores não lhe davam trégua e seus aliados exigiam do presidente uma linha de ação que ele mesmo não se dispunha a assumir. Isto é, um aprofundamento radical do reformismo e do nacionalismo. Seu governo caminhava na corda bamba.

O presidente tentou todos os recursos para garantir a governabilidade do país. Assessorado pelo economista Celso Furtado, que era seu ministro do Planejamento, propôs à nação um Plano Trienal, que objeti-

7 de setembro

João Goulart toma posse como presidente mas com poderes reduzidos, sob o parlamentarismo.

Tancredo Neves é o primeiro-ministro.



ACERVO CORREIO DA MANHÃ. ARQUIVO NACIONAL, RJ.

6 de janeiro

Plebiscito derruba o sistema parlamentar e Jango adquire poderes plenos como presidente.

Segundo semestre

Isolado, Jango sofre com o ataque da oposição e a pressão de seus aliados pelas reformas de base.



ACERVO CORREIO DA MANHÃ. ARQUIVO NACIONAL, RJ.

vava a realização gradual das reformas reivindicadas por parte da sociedade civil. Não conseguiu, todavia, o apoio de seus aliados, que consideraram o plano muito tímido. Por outro lado, seus opositores, a cada dia mais bem organizados, inclusive através do Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), realizavam ampla campanha contra seu governo. Jango ficava cada dia mais isolado, e o Brasil mais dividido.

A polarização de forças acentuou-se ainda mais a partir do início de 1963. Nas eleições de outubro do ano anterior, o aumento da bancada do PTB no Congresso Nacional – apesar dos vultuosos investimentos do IPES e do IBAD nas candidaturas conservadoras, principalmente dos udenistas – foi muito expres-

siva. Tal fato repercutiria na correlação de forças. Era visível o crescimento dos chamados movimentos populares, com claro reflexo no Congresso Nacional. Os setores de oposição a Jango passaram então a fechar o cerco em torno do presidente. Em outubro daquele ano, sofrendo forte oposição do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e sentindo uma pressão crescente de seus opositores militares, João Goulart tentou o recurso de declarar o estado de sítio. Essa iniciativa acabou por desagradar a seus adversários e a seus aliados. A oposição ficou mais virulenta e seus apoiadores, inclusive o movimento sindical, liderado pelo CGT, que sempre esteve ao seu lado, repeliram com veemência sua proposta. O presidente foi obrigado a recuar.



A defesa de um projeto reformista e nacionalista tinha o apoio de várias organizações, entre as quais as Ligas Camponesas. No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, a palavra de ordem era: "Reforma agrária na lei ou na marra"

ACERVO CORREIO DA MANHÃ. ARQUIVO NACIONAL, RJ.

1964

março

Três episódios iriam acelerar o desgaste e a queda do governo Goulart: o comício da Central, a revolta dos marinheiros e o almoço de Jango com os sargentos.

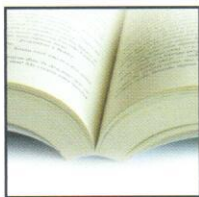
A reação de grupos anti-reformistas provoca manifestações em todo o país, como as "marchas da família, com Deus, pela liberdade".

31 de março

Primeiro movimento do golpe: tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho saem de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro.



ACERVO CORREIO DA MANHÃ. ARQUIVO NACIONAL, RJ.



Para saber mais

DREIFFUS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964 visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

No início de 1964 o quadro se complicou ainda mais. João Goulart, percebendo seu crescente isolamento, buscou aproximar-se dos movimentos populares. Anunciou medidas como a do controle da remessa de lucros para o exterior e a de apoio à indústria nacional dedicada à fabricação de produtos mais populares. O Comando-Geral dos Trabalhadores no Brasil apoiou as iniciativas presidenciais e reivindicou novas medidas, como a de encampação pelo Estado das refinarias particulares de petróleo.

O medo da reforma agrária e da queda de lucro empresarial foi disseminado com muita eficácia pela oposição a Jango. A ele agregou-se um forte pavor do comunismo, peculiar aos tempos de guerra fria. O clima chegou ao extremo de polarização a partir de três episódios que marcaram os primeiros meses de 1964. O comício de 13 de março na Central do Brasil no Rio de Janeiro, a revolta dos marinheiros – que reivindicavam mais direitos, inclusive o de votar – e o almoço do presidente Goulart com os sargentos, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. As Forças Armadas sentiram-se feridas e desrespeitadas em seus princípios e práticas hierárquicas, e mesmo alguns militares que apoiavam Jango passaram a lhe fazer oposição.

Os acontecimentos precipitaram-se depois do histórico comício da Central, no dia 13 de março de 1964. Jango, de acordo com seus opositores, perdera legitimidade e o resquício de confiança que porventura ainda houvesse. Segmentos da classe média, influenciados pela Igreja Católica conservadora, pela maior parte dos jornais e pelo medo de uma “revolução comunista”, como a que ocorrera poucos anos antes em Cuba, saíram às ruas, pedindo a deposição do presidente.

Os militares antijanguistas, que há muito já se organizavam para depor o presidente, articulados com os governadores Magalhães Pinto, de Minas



Deposto, João Goulart evitou o confronto e partiu para o exílio. Nunca mais retornaria ao Brasil. Na foto ele aparece rodeado de jornalistas abraçando seu filho João Vicente, no Uruguai

Gerais, Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, e Ademar de Barros, de São Paulo, entraram logo em ação, apoiados de forma incondicional pela maioria do clero da Igreja Católica, proprietários rurais, setores da classe média e empresariado internacional e nacional.

Deposto, João Goulart partiu para o exílio. Viria a morrer 12 anos depois, sem jamais ter retornado ao Brasil. O golpe civil-militar que se legitimara através de um discurso salvacionista, e que propalava a necessidade de correção de rumos para o retorno à ordem democrática, desdobrou-se em um regime autoritário que perdurou por mais de 20 anos. ■

LUCÍLIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO é professora titular do Curso de História e do Mestrado de Ciências Sociais da PUC Minas e autora de PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964).

1 de abril

Jango exila-se no Uruguai.

2 de abril

A Presidência é declarada vaga pelo senador Auro de Moura Andrade. Assume o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Costa e Silva autoneomeia-se comandante-em-chefe do Exército.

15 de abril

Castelo Branco é o nome de consenso para concluir o mandato de João Goulart.

